



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

SESSÃO DELIBERATIVA EXTRAORDINÁRIA SEMIPRESENCIAL (AM Nº 123/2020) DE 18/09/2025

BREVES COMUNICAÇÕES

Chico Alencar (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a aprovação da urgência ao projeto de lei sobre a anistia, apresentado pelo Deputado Marcelo Crivella (Projeto de Lei nº 2.162, de 2023), destacando que a proposta prevê efeitos retroativos, desde outubro de 2022, e ainda, uma anistia futura, até a promulgação da lei, que vai ser objeto de muita contestação, disputa e rejeição. Relacionou essa votação à PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021), classificada como contrária ao interesse da sociedade e rejeitada amplamente pela opinião pública. Além disso, condenou o voto secreto, defendendo a transparência como princípio democrático, e lembrou que esse mecanismo historicamente serviu de manto para a impunidade no Parlamento. Além disso, destacou que a aprovação da urgência da anistia ocorre enquanto ainda sequer há acórdão definitivo do Supremo Tribunal Federal sobre os processos do 8 de Janeiro. Por fim, mencionou pesquisa Quaest que indicou vitória do Presidente Lula no segundo turno, afirmando que o suposto desgaste do Governo não se confirma, e concluiu reiterando rejeição a retrocessos como a PEC da blindagem e a anistia.

Cabo Gilberto Silva (PL - PB) - O Deputado rebateu discurso que defendeu o Governo Lula, destacando que o PSOL, que antes o criticava, hoje o apoia. Rejeitou pesquisas de opinião favoráveis ao Presidente e alertou para uma cortina de fumaça que esconde a crise econômica, além de acusar o Governo de financiar a imprensa para atacar o Congresso Nacional. Além disso, em relação à PEC das Prerrogativas (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021), afirmou que os verdadeiros blindados são o Governo, os corruptos e a Suprema Corte, que não são investigados, configurando uma “anomalia democrática”, e reforçou que nenhum Poder pode deixar de ser investigado em uma democracia. Ainda, agradeceu aos Parlamentares da Paraíba e ao União Brasil pelo apoio à urgência do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, sobre anistia. Por fim, manifestou indignação com a condenação de generais, entre eles o General Heleno, sem provas e por vingança do STF, e criticou a ditadura judicial e a passividade do alto comando das Forças Armadas.

Neto Carletto (AVANTE - BA) - O Deputado registrou a presença do Prefeito Kley Lima, do Município de Coração de Maria (BA). Informou que estiveram juntos em audiência na Casa Civil em busca de recursos e investimentos para a cidade e destacou a atuação do Prefeito nas áreas de saúde, infraestrutura e educação. Por fim, afirmou que, com o apoio do Governo Federal e do Governo Estadual, o Município avançará ainda mais, e agradeceu o trabalho do Prefeito em prol da população local.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada, ao tratar da PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021), expressou indignação com a manobra legislativa que restabeleceu o voto secreto aos Parlamentares, contrariando decisão anterior da própria Câmara dos Deputados e configurando um ataque ao Regimento Interno. Declarou que a emenda aglutinativa utilizada foi irregular, por se basear em dispositivo já suprimido, e criticou o Relator pela justificativa apresentada, bem como apontou a cumplicidade e a atuação coordenada do Presidente da Casa para viabilizar a manobra. Ademais, reafirmou que os Parlamentares devem prestar contas ao povo e não recorrer a mecanismos de autoproteção institucional. Além disso, relembrou o caso do ex-Parlamentar Hildebrando Pascoal, conhecido como Parlamentar da motosserra, como exemplo dos efeitos da PEC da blindagem, que visa impedir a responsabilização judicial de membros do Parlamento. Por fim, criticou o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que propõe anistia a criminosos, mencionando a tentativa de explosão do Aeroporto de Brasília e a responsabilização do ex-Presidente Jair Bolsonaro por tentativa de golpe, enfatizando que a tentativa, por si só, já configura crime.

Ivan Valente (PSOL - SP) - O Deputado classificou como um escândalo institucional a condução da Presidência da Câmara, acusando o Presidente Hugo Motta de ceder a pressões do Centrão ao fascismo bolsonarista. Criticou a rápida entrada em pauta da PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021) e do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata de anistia, poucos dias após a condenação do ex-Presidente Jair Bolsonaro a 27 anos de prisão. Afirmou, ainda, que tais propostas visam proteger Parlamentares investigados. Ademais, citou editoriais de grandes veículos de imprensa que mostram a reação negativa da sociedade, e previu que a anistia será barrada pelo Senado ou pelo Supremo Tribunal Federal. Por fim, defendeu que a Câmara volte a pautas de interesse popular, como a reforma do Imposto de Renda, a PEC da Segurança Pública e o novo Plano Nacional de Educação.

Alexandre Lindenmeyer (PT - RS) - O Deputado manifestou vergonha com os temas da semana tratados na Câmara. Condenou a tramitação da PEC da blindagem (Proposta de Emenda à Constituição nº 3, de 2021), a qual denominou de PEC da bandidagem, da sacanagem, por favorecer a impunidade. Além disso, afirmou que a proposta de anistia (Projeto de Lei nº 2.162, de 2023) representa a legitimação da tentativa de continuidade de um golpe de derrubada da democracia. Ademais, nomeou de traidores da Pátria os que estão se alinhando aos interesses estrangeiros, e defendeu a soberania nacional. Outrossim, lamentou que, ao invés de pautas importantes para a sociedade, a Câmara tenha se dedicado a projetos que ameaçam a democracia. Por fim, convocou a população e entidades democráticas a se manifestarem nas ruas e redes sociais contra o avanço do fascismo, do negacionismo, da anistia, além de cobrar do Senado a rejeição das medidas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado manifestou satisfação com a aprovação, por ampla maioria, do requerimento de urgência para tramitação do Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que trata de anistia, defendendo que o instituto é aplicado aos adversários como forma de pacificação e unidade nacional. Relembrou que a Esquerda já recebeu anistias no passado, inclusive com indenizações financeiras, e afirmou que a proposta atual deve ser total e irrestrita. Argumentou, ainda, que os participantes dos eventos de 8 de Janeiro foram injustamente classificados como terroristas e golpistas, enquanto eram simplesmente patriotas munidos apenas de objetos inofensivos como sorvete, Bíblia e batom. Por fim, reforçou o apelo por anistia imediata aos envolvidos.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que a noção de prioridade da extrema direita divergia das necessidades da população. Criticou Parlamentares aliados do ex-Presidente por defenderem anistia a golpistas e a chamada PEC da blindagem, que, segundo ele, busca proteger políticos de punições judiciais. Destacou que a população esperava a aprovação da isenção do Imposto de Renda para quem recebia até R\$ 5 mil, a taxação dos super-ricos e o fim da escala de trabalho 6 por 1. Concluiu mencionando que o Presidente Lula voltou a liderar as pesquisas para 2026.

Ana Paula Lima (PT - SC) - A Deputada registrou a atuação da advogada Renata Dutra na liberação de mais de R\$ 300 milhões do PAC para Municípios de Santa Catarina, incluindo um parque inundável voltado à contenção de encostas e drenagem. Defendeu a discussão da isenção do Imposto de Renda para rendas de até R\$ 5 mil, da isenção da tarifa de energia e da regulamentação da escala 6x1, citando os 470 mil afastamentos de trabalhadores em 2024. Também reprovou a aprovação da PEC da blindagem e a urgência da anistia aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro, afirmando que anistiar seria esquecer ataques contra a democracia.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado criticou a inclusão, na pauta de votação, do Projeto de lei nº 2.780, de 2024, sobre a exploração de terras raras. Afirmou que a proposta entregaria recursos estratégicos a grandes corporações, inclusive com incentivos financeiros, e alertou que os Estados Unidos estariam interessados nessas riquezas. Também defendeu a retirada do item para análise mais aprofundada e informou que estava recolhendo assinaturas para apresentar uma PEC que garantisse à União o monopólio da exploração das terras raras, em vez de permitir sua exploração por empresas privadas.

Bohn Gass (PT - RS) - O Deputado classificou a semana na Câmara como “semana dos horrores”, criticando três pontos principais: a escolha de Eduardo Bolsonaro como líder da Minoria Parlamentar, mesmo estando nos Estados Unidos; a aprovação da chamada PEC da blindagem, que, segundo ele, criava impunidade para



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Parlamentares; e a tentativa de anistiar envolvidos nos atos antidemocráticos de 8 de janeiro. Afirmou que essas medidas representavam ataques à democracia e defendeu mobilizações populares. Por fim, destacou como pautas prioritárias a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até R\$ 5 mil, a ampliação da tarifa social de energia e o fim da escala 6 por 1, reforçando a necessidade de fortalecer a democracia e rejeitar retrocessos autoritários.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado criticou o Presidente do Senado, Davi Alcolumbre, chamando-o de “capacho” por, segundo ele, recusar-se a avançar com pedidos de impeachment contra Ministros do STF, e contestou sua decisão de enviar a PEC das prerrogativas à CCJ, onde poderia ser barrada. Também acusou o STF de perseguir exclusivamente políticos e empresários de Direita, citando casos de inelegibilidade e comparando-os a situações de Parlamentares de Esquerda que, segundo ele, não sofreram punições.

Allan Garcês (PP - MA) - O Deputado agradeceu aos Parlamentares que aprovaram o Projeto de lei nº 2.162, de 2023, da anistia, classificando-os como corajosos e comprometidos com a verdade. Afirmou que pessoas presas após os atos de 8 de janeiro eram cidadãos inocentes, que apenas exerceram a liberdade de expressão, e criticou a Esquerda por tentar mantê-las detidas. Também defendeu a PEC das prerrogativas, rebatendo a alcunha de “PEC da impunidade” e acusando o STF de extrapolar suas funções e perseguir políticos. Por fim, mencionou a CPMI sobre fraudes contra aposentados no Maranhão, afirmando que atuaria na defesa dos idosos lesados.

Dr. Fernando Máximo (UNIÃO - RO) - O Deputado defendeu a aprovação da Proposta de Emenda à Constituição nº 5, de 2023, destacando que a medida vai beneficiar asilos, creches, orfanatos e hospitais filantrópicos por meio de isenções e retorno de parte dos impostos em forma de *cashback*, permitindo a ampliação de infraestrutura e atendimento. Cobrou a instalação da Comissão Especial para analisar a Proposta de Emenda à Constituição nº 47, de 2023, lembrando que servidores nos ex-Territórios de Rondônia, Roraima e Amapá adoecem e morrem sem receber direitos. Também destacou a necessidade de emancipação de Distritos de Porto Velho (RO), como Ponta do Abunã e União Bandeirantes, e mencionou a participação de autoridades locais e da Frente Parlamentar de apoio à iniciativa. Por fim, defendeu a aprovação do Projeto de Lei Complementar nº 137, de 2015, para atender essas regiões.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado afirmou que a aprovação da PEC da blindagem e da urgência do PL da Anistia representou vitórias provisórias, que não se consolidariam. Alertou a Oposição sobre o risco de decisões do Congresso gerarem reação popular, destacando que votar a favor da blindagem de Parlamentares ou da anistia a quem cometeu crimes contra a democracia terá resposta do eleitorado nas próximas eleições.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Também citou pesquisas que indicaram que 60% da população não concordava com a anistia a infratores do Estado Democrático de Direito, e ressaltou que o cenário eleitoral favorecia o Presidente Lula para 2026.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado respondeu ao colega sobre a expressão “vitória de Pirro”, afirmando que a comparação não se aplicava à Direita. Afirmou que a vitória recente do bloco não enfraqueceu, mas fortaleceu o grupo, gerando empolgação e sensação de união. Também destacou que a Direita estava mais forte do que nunca, e que suas conquistas representavam motivação para continuar a atuação política, rejeitando interpretações históricas negativas sobre os resultados obtidos.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada afirmou que a polarização política no Brasil se dá entre quem defende a democracia e quem defende a ditadura. Afirmou que a extrema direita buscou um golpe para impedir que a vontade popular fosse respeitada e introduziu uma política de ódio, sem empatia ou preocupação com o povo. Destacou que, enquanto projetos que beneficiam a população, como a isenção do Imposto de Renda para quem ganha até 5 mil reais e o fim da escala 6 por 1, não avançam, o foco da extrema direita está na anistia de criminosos e na manutenção de interesses próprios.

Bibo Nunes (PL - RS) - O Deputado defendeu a aprovação da anistia "ampla, geral e irrestrita" aos envolvidos nos atos de 8 de janeiro. Rejeitou a ideia de que tenha havido tentativa de golpe de Estado, argumentando que não houve armas, tanques ou movimentação das Forças Armadas, apenas depredação do patrimônio público. Afirmou que muitos acusados já estão presos há quase 3 anos, alguns idosos, ou com tornozeleira eletrônica, em condições que considera abusivas. Também criticou o STF por politizar os julgamentos e acusou a imprensa de alimentar uma narrativa falsa.

General Girão (PL - RN) - O Deputado pediu moção de louvor à memória do Padre Kazimierz Wojno, vítima de latrocínio, e lembrou sua atuação pastoral e obras na Paróquia Nossa Senhora da Saúde, em Brasília (DF). Defendeu maior proteção à vida de religiosos e elogiou a apresentação da Proposta de Emenda à Constituição nº 18, de 2025, sobre segurança pública, mas criticou a ideia de que o problema fosse recente. Também citou assassinatos recentes e cobrou apuração sobre mandantes de crimes, inclusive no caso do atentado ao ex-Presidente Jair Bolsonaro.

Sanderson (PL - RS) - O Deputado afirmou que a votação do dia 18 de setembro marcou uma resposta da Câmara dos Deputados ao que classificou como uma “cruzada autoritária” do STF e do Ministro Alexandre de Moraes, supostamente articulada pelo Presidente Lula para enfraquecer opositores. Afirmou que a aprovação da urgência da anistia por 311 votos expressou a vontade da maioria da população e desmentiu pesquisas que



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

apontavam rejeição à medida. Também citou eleições municipais anteriores como prova de rejeição à Esquerda e defendeu a anistia como caminho para a pacificação.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou a votação que aprovou a urgência da anistia com 311 votos, ressaltando que o resultado expressou a vontade da sociedade sem interferência do Judiciário ou da mídia. Comparou o momento atual à anistia do final dos anos 1970, citando nomes da Esquerda que foram beneficiados na época, e criticou o tratamento dado aos condenados de hoje. Afirmou que o PT e a Esquerda foram derrotados de forma democrática e disse esperar que, em 2026, a Direita vença as eleições.

Helder Salomão (PT - ES) - O Deputado defendeu a continuidade do Presidente Lula em 2026, destacando que o Brasil saiu do mapa da fome, retomou políticas públicas e voltou a ser respeitado internacionalmente, o que explicaria a liderança de Lula nas pesquisas eleitorais. Criticou Parlamentares que, em sua avaliação, “capturaram” a Mesa da Câmara, cobrando punição para os responsáveis, e classificou como “escárnio” a escolha de Eduardo Bolsonaro para Líder da Minoria, defendendo que o Deputado seja cassado por articular sanções contra o Brasil.

Marcon (PT - RS) - O Deputado criticou a aprovação da chamada “PEC da blindagem” e a proposta de anistia, afirmando que elas transformam os 513 Deputados em juízes para liberar investigados por crimes como violência contra a mulher, tráfico ou corrupção. Classificou as medidas como uma “vergonha” e disse esperar que os eleitores dessem resposta nas próximas eleições. Atacou também a escolha de Eduardo Bolsonaro para Líder da Minoria, acusando-o de atuar contra o Brasil no exterior e de receber salário público para isso, e declarou seu voto contrário à anistia.

Vicentinho (PT - SP) - O Deputado destacou a mobilização dos trabalhadores da Gerdau, em Pindamonhangaba (SP). Relatou que, após a empresa demitir mais de 400 funcionários sem aviso prévio, o sindicato dos metalúrgicos liderado por Andrézão promoveu uma greve que resultou na suspensão das demissões, abertura de programa de voluntariado, tentativa de realocação dos empregados, aumento do vale-refeição e concessão de reajuste salarial. Afirmou que o episódio demonstra a força e a união dos trabalhadores e elogiou a atuação do sindicato.

ORDEM DO DIA

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado encaminhou a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Hugo Motta (REPUBLICANOS - PB) - O Presidente da Câmara abriu a votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos e explicou que a inclusão do tema na pauta visa iniciar um amplo debate sobre minerais críticos e terras raras no Brasil. Ressaltou que não há compromisso com o mérito nem Relator designado, mas que a intenção é posicionar o País de forma estratégica, garantindo soberania, exploração responsável e sustentável, competitividade e modernização da legislação. Por fim, afirmou que o diálogo envolverá o Poder Executivo e o setor produtivo para que o Brasil não perca espaço internacional nesse setor essencial para a indústria tecnológica.

Glauber Braga (PSOL - RJ) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Hildo Rocha (MDB - MA) - O Deputado declarou ser contra uma anistia ampla aos envolvidos nos atos de 8 de Janeiro e outros atentados contra instituições, defendendo punição para quem planejou ou executou ataques à democracia, inclusive Generais, mas reconhecendo que algumas penas aplicadas a manifestantes foram exageradas. Disse confiar que o Relator Paulinho da Força elaborará um substitutivo equilibrado que beneficie apenas injustiçados. Por fim, criticou excessos de membros do Judiciário e reforçou que cabe ao Senado processar Ministros que extrapolem suas funções.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada orientou a bancada na votação do requerimento de urgência ao Projeto de Lei nº 2780, de 2024, que institui a Política Nacional de Minerais Críticos e Estratégicos (PNMCE), o Comitê de Minerais Críticos e Estratégicos (CMCE), vinculado ao Conselho Nacional de Política Mineral, e dá outras providências.

Marcel van Hattem (NOVO - RS) - O Deputado pediu para adiar a votação de um Projeto de Lei Complementar considerado polêmico pela Oposição, alegando que o tema poderia gerar obstrução e alongar a sessão. Informou que, após diálogo com o Presidente Hugo Motta e outros Líderes, ficou acertado que o Relator José Priante faria apenas a leitura do relatório ainda nesta sessão, sem votação nem debate do mérito, e que a discussão ficaria para a semana seguinte. Esclareceu ainda que, em troca, a Oposição e o PL retirariam as obstruções ao andamento dos trabalhos.

José Priante (MDB - PA) - O Deputado proferiu parecer ao Projeto de Lei Complementar nº 163, de 2025, que altera a Lei Complementar nº 200, de 30 de agosto de 2023, para excluir do cálculo dos limites de despesas primárias as despesas temporárias com educação pública e saúde de que trata o art. 6º da Lei nº 15.164, de 14 de julho de 2025, e as despesas financiadas com recursos oriundos de empréstimos internacionais e suas respectivas contrapartidas, bem como excluir as referidas despesas com educação pública e saúde das metas fiscais, e dá outras providências.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 293, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Cooperação no Campo de Defesa, assinado no Rio de Janeiro, em 11 de abril de 2023.

Erika Kokay (PT - DF) - A Deputada discutiu o Projeto de Decreto Legislativo nº 309, de 2024, que aprova o texto do Acordo entre o Governo da República Federativa do Brasil e o Governo da República da Eslovênia sobre Troca e Proteção Mútua de Informações Classificadas, assinado no Rio de Janeiro em 11 de abril de 2023.

Roberto Duarte (REPUBLICANOS - AC) - O Deputado alertou para o avanço da violência doméstica no Acre, que registrou 3.544 casos entre janeiro e julho de 2025, aumento de 111% em relação ao mesmo período de 2021, segundo o Ministério Público. Defendeu o fortalecimento de políticas públicas de prevenção, com programas educacionais, campanhas de conscientização e capacitação de profissionais. Ressaltou a necessidade de ampliar o acesso das vítimas a abrigos, apoio psicológico, assistência jurídica e canais de denúncia, inclusive em áreas remotas. Defendeu também rigor na aplicação da lei, responsabilização dos



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

agressores e programas de reabilitação. Destacou que o enfrentamento do problema exige articulação entre governos e sociedade civil para garantir um futuro mais seguro e igualitário.

Luiz Lima (NOVO - RJ) - O Deputado destacou a aprovação do requerimento de urgência para o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências, votado na noite anterior. Afirmou que a medida representava o primeiro passo para fazer justiça no país e não poderia mais ser adiada. Ressaltou que a urgência atendia ao clamor da sociedade por equilíbrio entre os poderes, fim da perseguição política e restauração de direitos. Informou que a aprovação do requerimento iniciava um processo de correção de excessos e de devolução da paz a milhares de famílias atingidas. Declarou que o Parlamento não deveria se curvar ao autoritarismo, mas responder à voz das ruas e ao sentimento de justiça da população, projetando a aprovação definitiva do PL da Anistia como reafirmação da democracia.

Rubens Pereira Júnior (PT - MA) - O Deputado manifestou indignação com a aprovação do regime de urgência para o Projeto de Lei nº 2.162, de 2023, que concede anistia aos participantes das manifestações reivindicatórias de motivação política, ocorridas entre o dia 30 de outubro de 2022 e o dia de entrada em vigor desta Lei, e dá outras providências. Afirmou que a decisão acelerava a tramitação sem debate adequado, sinalizando que crimes do 8 de janeiro poderiam ser relativizados. Ressaltou que pacificação não significava esquecimento e que não havia reconciliação sem justiça. Criticou a prioridade dada ao tema em detrimento de pautas como investimentos em saúde, educação e geração de empregos. Destacou que o Partido dos Trabalhadores e aliados votaram contra a urgência e reafirmou que o governo não se confundia com golpistas. Defendeu que o Congresso retomasse o diálogo construtivo e respondesse às reais demandas da população.

Vinicius Carvalho (REPUBLICANOS - SP) - O Deputado destacou que a diferença salarial entre brasileiros com diploma universitário e aqueles que concluíram apenas o ensino médio alcançou 148%, segundo a Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico, percentual muito acima da média dos países da OCDE, de 54%. Citou também estudo da Fundação Getúlio Vargas que confirmou o maior retorno financeiro para graduados. Apontou desafios como evasão no ensino superior, informalidade e descompasso entre a formação acadêmica e o mercado de trabalho, fatores que reduziam o impacto positivo do diploma. Ressaltou ainda que, apesar desses obstáculos, a valorização salarial era um dos principais incentivos para jovens buscarem a graduação. Defendeu políticas públicas para ampliar o acesso inclusivo às universidades, fortalecer o ensino médio preparatório e garantir qualidade nos cursos, reduzindo barreiras econômicas.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Ricardo Ayres (REPUBLICANOS - TO) - O Deputado comemorou a aprovação do parecer da Medida Provisória nº 1.300, de 2025, que altera a Lei nº 9.074, de 7 de julho de 1995, a Lei nº 9.427, de 26 de dezembro de 1996, a Lei nº 10.438, de 26 de abril de 2002, a Lei nº 10.848, de 15 de março de 2004, a Lei nº 12.111, de 9 de dezembro de 2009, a Lei nº 12.212, de 20 de janeiro de 2010, a Lei nº 13.203, de 8 de dezembro de 2015, e a Lei nº 14.300, de 6 de janeiro de 2022 e trata da Tarifa Social de Energia Elétrica, da liberdade de escolha dos consumidores e da divisão de custos. Destacou que a MP garantiu isenção total da conta de luz para famílias de baixa renda com consumo de até 80 kWh mensais, incluindo comunidades indígenas e quilombolas, e manteve descontos para produtores rurais em irrigação e aquicultura. Ressaltou que a medida preservou direitos de consumidores que geram sua própria energia, fortalecendo a segurança jurídica. Afirmou que a aprovação representou um avanço social e econômico, beneficiando os mais vulneráveis e garantindo previsibilidade para investimentos, e defendeu acompanhamento rigoroso da implementação para que os benefícios alcancem todas as regiões, inclusive as mais remotas.

Marcio Alvino (PL - SP) - O Deputado destacou o Dia Nacional de Luta da Pessoa com Deficiência, celebrado em 21 de setembro, e reafirmou o compromisso com a inclusão efetiva, transformando direitos formais em oportunidades concretas. Ressaltou a importância de políticas públicas continuadas, acesso universal à saúde, educação inclusiva, mercado de trabalho adaptado e infraestrutura acessível. Destacou o papel das APAEs no atendimento, educação especial e acolhimento de pessoas com deficiência, defendendo apoio e financiamento adequados pelo Estado. Enfatizou a necessidade de cooperação entre Legislativo, poderes públicos e sociedade civil, além do combate à discriminação e promoção de representatividade. Defendeu o reconhecimento às APAEs de diversas cidades pelo trabalho prestado às comunidades.

Capitão Alberto Neto (PL - AM) - O Deputado abordou a prevenção ao suicídio, destacando a campanha Setembro Amarelo como ferramenta de conscientização e combate ao estigma. Apresentou dados alarmantes: mais de 14 mil suicídios por ano no Brasil, com aumento significativo entre adolescentes, e ressaltou que a maioria dos casos está associada a doenças mentais tratáveis. Enfatizou a importância de identificar sinais de alerta, oferecer apoio emocional e encaminhar pessoas em risco a profissionais qualificados. Defendeu políticas públicas consistentes, educação sobre saúde mental e engajamento da sociedade, incluindo famílias, escolas e comunidade, como instrumentos essenciais para salvar vidas. Concluiu reforçando que cada vida tem valor e que o apoio coletivo pode transformar sofrimento em esperança.

Laura Carneiro (PSD - RJ) - A Deputada celebrou a aprovação pelo Senado do Projeto de Lei nº 5.178, de 2023, que altera a ementa da Lei nº 11.340, de 7 de agosto de 2006, para denominá-la oficialmente "Lei Maria da Penha", reconhecendo juridicamente a legislação de proteção à mulher contra violência doméstica.



CÂMARA DOS DEPUTADOS

Departamento de Taquigrafia, Revisão e Redação – DETAQ

Sumário da Sessão nº 190.2025

Tipo: Sessão Deliberativa Extraordinária Semipresencial (AM nº 123/2020)

Data: 18/09/2025

Destacou que a lei transformou o ordenamento jurídico brasileiro, garantindo medidas protetivas e responsabilização de agressores, mas até então não possuía oficialmente o nome já consagrado popularmente. Afirmou que a aprovação representa uma conquista coletiva do Congresso Nacional e reforça o compromisso do Estado em combater a violência contra a mulher, valorizando símbolos que fortalecem a consciência social e a mobilização em torno dos direitos femininos. Informou que o projeto segue agora para sanção presidencial, completando a etapa final do processo legislativo.

ENCERRAMENTO